



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682285 - MG (2021/0232020-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARCELO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : PAULO CÉSAR RODRIGUES - MG094126
MARCELO DA SILVA - MG185318
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WESLEY DE ABREU AMORIM (PRESO)
CORRÉU : THALIS IEGO TEODORO
CORRÉU : YURI MENDES MAXIMO
CORRÉU : WESLEY RICARDO PEREIRA
CORRÉU : BRUNO SILVA DE CARVALHO
CORRÉU : JOAO PEDRO DE PAULA DE OLIVEIRA
CORRÉU : LUIZ FELIPE DIAS SILVA
CORRÉU : BRUNO ALEXSANDER VIEIRA LENZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY DE ABREU AMORIM em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação Criminal n. 1.0472.17.001939-3/001)

O paciente foi condenado à pena de 47 anos e 5 meses de reclusão no regime inicial fechado, como incurso no art. 2º, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei 12.850/13; art. 159, § 1º, e art. 157, § 2º, I e II, ambos do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que a única prova que fundamentou o decreto condenatório seria a delação premiada realizada em desfavor do paciente.

Destacam que durante a instrução processual passou a vigor a Lei n. 13.964/2019 (pacote anticrime), a qual beneficiaria sobremaneira o condenado, mas que não foi aplicada em prol do mesmo pelo Tribunal de origem quando do julgamento da apelação.

Aduzem que o paciente faz jus a responder ao processo em liberdade, pois o instituto da delação deve ser cautelosamente observada, ressaltando que *"num Estado que se proclame Democrático de Direito, não se pode admitir a obtenção de provas por meios ilícitos (salvo raras exceções, como, por exemplo, a favor do réu), estas claramente um reflexo da cultura moderna disseminadora de práticas cada vez mais inquisitivas, como por exemplo, o instituto da delação premiada, que promove uma verdadeira extorsão da verdade, resultando claramente na ofensa ao referido princípio"* (e-STJ fl. 21).

Requerem, liminarmente e no mérito, seja concedida liberdade provisória ao paciente, a fim de que possa responder em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Colhe-se do acórdão impugnado (e-STJ fls. 122-123):

[...]

Em sede de pedido preliminar, pugna o apelante Wesley de Abreu que lhe seja concedido o direito de recorrer em liberdade.

Contudo, razão não lhe assiste.

Isto porque, as circunstâncias dos delitos perpetrados e a comprovada periculosidade do réu não recomendam a concessão da referida medida, sobretudo como forma de garantir a ordem pública e aplicação da lei penal, tudo nos termos dos artigos 312 e 313 do CPP.

É importante lembrar que, por força do art. 387 do CPP, não há impedimentos para a manutenção da prisão cautelar em caso como o dos presentes autos, em que o agente esteve preso durante todo o processo, sendo perfeitamente possível ao Juiz, no momento da sentença manter a prisão preventiva nestes termos. In verbis:

[...]

Finalmente, vale dizer que, tendo em vista o julgamento do presente recurso, mostra-se prejudicado o pleito de aguardar o provimento dessa Instância Revisora em liberdade. Desse modo e, ainda, havendo motivação concreta para a manutenção do réu em ambiente carcerário após a prolação do édito condenatório, deve ser negado a ele o direito de recorrer em liberdade.

Afasto, pois, a prefacial arguida.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência